

[OPORTUNIDADES DE EMPREGO](#)[ANÚNCIOS DE VAGAS](#)[CLASSIFICAÇÃO DE CURSOS](#)[INFORMAÇÕES GERAIS](#)[LISTAR CURSOS](#)**O ESTADO DE S. PAULO** ed. anterioresbusca  ok [avancada](#)

11 de agosto de 2003 - 12h03

[Suplementos](#) [Editorial](#) [Assinaturas](#) [Caderno2](#) [Cidades](#) [Economia](#) [Esportes](#) [Geral](#) [Internacional](#) [Política](#)

Sábado, 9 de agosto de 2003

**ESPACO ABERTO**

O ESTADO DE S. PAULO

## A universidade pública e a reforma da Previdência

**ADOLPHO JOSÉ MELFI, CARLOS HENRIQUE DE BRITO  
CRUZ E JOSÉ CARLOS DE SOUZA TRINDADE**

- ▶ [índice de notícias](#)
- ▶ [espaço aberto](#)
- ▶ [capa Estado](#)

A reforma da Previdência Social, como aprovada em primeiro turno, trará graves prejuízos para o ensino superior público, setor fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

A universidade brasileira é um fenômeno do século 20. Embora o País tenha contado com umas poucas escolas superiores isoladas desde 1808, foi somente com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, que os brasileiros passaram a ter instituições universitárias efetivamente integradoras das diferentes áreas do conhecimento. O surgimento tardio da universidade brasileira - por volta de 1920 já havia 78 universidades espalhadas pelos Estados Unidos e 20 por toda a América Latina - não impediu que, em menos de 70 anos, o País constituísse um sistema de ensino superior público que se tornaria um dos principais vetores, se não o principal, do desenvolvimento nacional a partir da década de 1940.

Graças a esse mesmo sistema universitário público, o País também se tornou produtor de ciência na fronteira do conhecimento. E, graças à pós-graduação, a partir da década de 1970, o Brasil está entre os raros países que formam 6 mil doutores por ano.

São exemplos de sua contribuição ao PIB brasileiro a tecnologia gerada pela Embrapa, que faz o sucesso comercial do agronegócio, a competitividade dos jatos da Embraer, a quase auto-suficiência em petróleo devida ao desenvolvimento tecnológico liderado pela Petrobrás.

Isso só foi possível porque o País decidiu investir no projeto universitário, tratando-o como assunto de interesse nacional e inserindo-o numa concepção de Estado e de máquina pública profissional e coesa, em que as diferentes categorias de servidores, todas importantes, têm um papel fundamental a cumprir. Até hoje, o Estado vinha cuidando de fixar seus quadros nas instituições de ensino superior, oferecendo-lhes condições especiais de permanência, capazes de compensar os salários relativamente modestos.

Nas universidades públicas paulistas o quadro docente é formado majoritariamente e preferencialmente por professores em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), que impede ao docente

desenvolver outra atividade profissional. Este regime especial de trabalho é um dos principais fatores que levaram as três universidades estaduais a alcançar e a aumentar continuamente o extraordinário nível de desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, do qual se beneficia todo o País, e não só São Paulo: 25% dos seus alunos de pós-graduação vêm de fora do Estado. Ao retornarem aos seus Estados de origem, estes profissionais se convertem em lideranças no desenvolvimento do ensino e da pesquisa, reduzindo diferenças regionais no País.

A reforma da Previdência é importante para que o sistema possa ser socialmente mais justo e equilibrado. A reforma preocupa o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), que reúne três das principais universidades de pesquisa do Brasil - USP, Unesp e Unicamp. Mas o Executivo federal não levou em consideração as peculiaridades do ensino superior público. A justa inquietação da comunidade acadêmica já traz prejuízos irreversíveis ao bom ensino superior público. Observamos uma intensificação dos pedidos de aposentadoria motivados pelo atropelo no andamento da discussão sobre a reforma e pela amargura causada pelas agressões morais com que se tenta demonizar bons e dedicados servidores públicos. A emenda aprovada no primeiro turno das votações na Câmara dos Deputados erode as condições materiais e morais para a existência de uma universidade de alto padrão de qualidade e de um Estado verdadeiramente republicano e eficiente.

Ao eliminar a aposentadoria integral, estabelecer um teto de R\$ 2.400 para os proventos de aposentadoria e eliminar a paridade de reajustes entre os docentes aposentados e não aposentados, o projeto desestimula os jovens mais qualificados de seguirem uma vocação acadêmica. Tenderão, assim, a preferir outros regimes de trabalho, com menor dedicação à instituição, mas que facilitem a busca por complementação de renda e a garantia de uma velhice mais digna. A profissão de professor universitário voltará a ser um "bico", que não mereça maior preocupação ou dedicação. Há anos, temos convivido com as terríveis conseqüências da desvalorização do professor de ensino fundamental e médio. Com a reforma proposta podemos antever a reprodução deste quadro, agora atingindo também os profissionais de ensino superior.

Ao proibir o estabelecimento de regimes próprios e fundos complementares com unidades gestoras autônomas, a emenda aprovada solapa a autonomia universitária, garantida pelo artigo 207 da Constituição federal, e joga todo o serviço público numa mesma vala burocrática, desconhecendo as diferenças reais entre as carreiras e suas características peculiares.

O atropelo para a votação neste primeiro turno impediu que se considerassem emendas e proposições que poderiam minorar os efeitos negativos da reforma sobre a universidade pública. Pelo menos uma emenda aceita pelo relator, deputado José Pimentel, na emenda aglutinativa, e confirmada por ele da tribuna, conforme vimos todos durante a transmissão ao vivo pela TV Câmara na noite de 5 de agosto, não constou do texto final divulgado no dia seguinte pelo Portal da Câmara, de tal modo que até agora não se sabe o que foi efetivamente aprovado. Com um pouco mais de discussão teria sido possível criar regras de transição muito mais justas do que as aprovadas às pressas na noite do dia 6 de agosto, e que cometem injustiça flagrante com professores e funcionários dedicados que estavam à beira de completar os requisitos para obter aposentadoria.

O Cruesp trabalhou e continua trabalhando para mostrar ao Congresso Nacional alternativas que poderiam construir uma solução justa que reforme a Previdência sem inviabilizar o Estado republicano e o sistema nacional de universidades públicas de qualidade de que o Brasil tanto necessita e que, até hoje, vinha construindo tão arduamente e com bons resultados. E o Cruesp ainda tem a esperança de que esse trabalho não seja em vão.

x

**Adolpho José Melfi, reitor da Universidade de São Paulo (USP), é presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), Carlos Henrique de Brito Cruz é reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e José Carlos de Souza Trindade é reitor da Universidade Estadual Paulista (Unesp)**

 imprimir  enviar  comentário



[Pesquisa](#) [Colunistas](#) [Especiais](#) [Manual de Redação](#) [Clube do Assinante](#) [English](#) [Expediente](#)

| a magia do cinema | arte digital | agrícola | assine já | astral | autos | banco de talentos | bossa nova | casa & família | classificados | clube do assinante | colunistas | editoriais | english | espaço aberto | especiais | estadinho | estadão na escola | expediente | fale conosco | feminino | fórum de debates | fórum de discussões | fórum dos leitores | guia caderno 2 | história do grupo oesp | índice de notícias | informática | loterias | manual de redação | mapa do site | o melhor de calvin | pesquisa | previsão do tempo | quadrinhos | redescobrimo o brasil | são paulo reclama | suas contas | suplementos | telejornal | viagem |

---

Copyright © 2003 O Estado de S. Paulo. Todos os direitos reservados